

O ENSINO SUPERIOR NA COLÔNIA E A COMPANHIA DE JESUS

RACHEL SILVEIRA WREGÉ

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. E-mail: wregé@fct.unesp.br/rachelsw72@terra.com.br

Introdução

Mais duradouros e constantes do que a Faculdade de Matemática foram os cursos, também superiores, de Filosofia e Teologia. Na Colônia, sendo originados desde o século XVI com início tímido, nos séculos seguintes esses cursos vieram a contribuir, de modo significativo, para a formação de um quadro de pessoal formado para servir aos propósitos coloniais. Desse modo, o ensino superior estava estritamente relacionado à expansão do ensino, quer dizer, não foi exclusivamente o ensino elementar (Primeiras Letras) e intermediário (Humanidades) que se difundiram. Há de se esclarecer que nem todos os alunos que haviam cursado as Humanidades tinham chances de assistir às aulas de Filosofia, pois uma pré-seleção era feita, tendo em vista a escolha de pessoas consideradas aptas. A análise que faço do estilo seletivo da educação escolar jesuítica é, fundamentalmente, oposta à que Serafim Leite faz, como historiador da Companhia de Jesus no Brasil. Este autor conduz o pensamento, que dispõe acerca do assunto, de forma a dar a entender ao leitor que a seleção dos candidatos ao ensino superior era pertinente, pois representava rigor. O leitor presenciará adiante o desmembramento desta ideia veiculada na obra de Serafim Leite, através de algumas informações que ele oferece. Ainda tenho a observar que o conteúdo deste item se encontra muito espalhado nos escritos do respectivo historiador.¹

Dou início à exposição, chamando a atenção para o fato de ser importante diferenciar os alunos que já tinham sido alunos do

¹ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 149-150

curso de Humanidades nos próprios colégios jesuíticos, dos que não haviam sido. Quanto aos alunos externos e internos dos respectivos colégios, pode-se dizer que era mais fácil conseguir uma vaga no curso de Filosofia, pois já tinham feito antes um ano de Lógica, equivalente ao primeiro ano de faculdade e, só depois, prestavam a prova que lhes dava ou não o privilégio do prosseguimento dos estudos.²

De acordo com o Padre Leite a partir do início do século XVIII foi possível existirem pretendentes que não tinham convivido anteriormente no ambiente estudantil dos colégios da Companhia de Jesus, pois o curso de Humanidades acabou por ser absolvido sob a forma de aulas particulares, dadas por religiosos seculares como, por exemplo, ex-padres de alguma outra ordem não jesuítica, sendo que também os próprios religiosos supriam este ensino para as suas ordens religiosas. Estas aulas particulares, com o objetivo de formação geral ou especificamente religiosa, existiam paralelamente aos colégios jesuíticos, não retirando deles o alunado, porque a demanda era extensa. Levemente, Serafim Leite opina a respeito das aulas de Humanidades terem se dado também fora da instituição escolar dos jesuítas. Ele me deu a impressão de não reprovar este esquema particular segundo as palavras do historiador, nos locais onde faltavam os padres jesuítas; os carmelitas e os franciscanos abriram esta modalidade de ensino, com o apoio do subsídio do rei de Portugal. Mas, o que interessa depreender da existência de várias proveniências do ensino de Humanidades, sem retirar dele a nítida preponderância dos colégios da Companhia de Jesus, é que os alunos formados nessas instituições paralelas recebiam um tratamento mais rigoroso ao quererem cursar a Filosofia sob a orientação dos padres jesuítas. Podemos concluir que por causa do ensino superior só existir nos colégios da Companhia de Jesus, isto tornava ainda mais a educação escolar jesuítica seletiva, pois a procura era eleva-

² SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 175-180

da em relação à quantidade oferecida deste grau de ensino. Esses alunos tinham de enfrentar uma avaliação que não existia para os que tinham se enquadrado anteriormente nos cursos elementar e de Humanidades; este exame qualificava-se como de “competência ou aptidão” e tinha a sua elaboração conforme as ordenações dos estatutos do Colégio das Artes de Coimbra, correspondendo a este padrão de exigência, que estava além das condições apresentadas pela maioria dos candidatos. Vale lembrar que informações deste tipo não são omitidas por Serafim Leite, porém, se compõem de outra maneira, conforme a interpretação do historiador.³

Serafim Leite escreve que os alunos que passavam na prova de competência adquiriam o direito de frequentar o primeiro ano de Filosofia, que incidia sobre o conteúdo de Lógica; assim, eles se igualavam institucionalmente aos outros alunos. Neste caso, a palavra “direito” estava de acordo com o que o escritor da Companhia de Jesus no Brasil entendia por acesso à educação superior.⁴

No século XVIII, quando já eram mais as escolas particulares de Latim, se os alunos delas desejavam frequentar o curso de Filosofia, público, prestavam no Colégio exame de competência antes de serem admitidos, conforme aos Estatutos do Colégio das Artes, de Coimbra: que era a Lei do Brasil.⁵

Feito o primeiro ano de Lógica, tanto os alunos de fora que tinham passado por um processo de seleção, como os que não tinham como exigência tal requisito, eram submetidos a um exame com uma única chance, sem qualquer outra oportunidade de passar. Chamo de cinismo dos padres jesuítas o fato de que aos reprovados era “permitido” fazerem novamente a prova, mas não para serem reconsiderados e admitidos, e sim para terem a confirmação de que não seriam aproveitados como alunos do ensino superior.⁶

³ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 149-150

⁴ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 149-150

⁵ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 150

⁶ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 175-180

Os alunos aprovados para o curso de Filosofia estudavam, principalmente, os livros de São Tomás de Aquino para através desta leitura compreenderem Aristóteles, de acordo com o crivo estabelecido por São Tomás. Com isto estou querendo referendar que o filósofo antigo não era lido em sua forma clássica e pura, pelo contrário, delineava-se um cerceamento para o seu pensar. Na verdade, os alunos tinham acesso apenas ao material de São Tomás. Não bastando apenas a interpretação de São Tomás, os leitores do curso de Filosofia viam-se cercados pelo conteúdo apresentado nos livros dos professores do Colégio das Artes de Coimbra e da Universidade de Évora. Quanto a Coimbra, o livro mais significativo era o “Cursus Conimbricensis”, fonte de comentários acerca do mesmo Aristóteles. Dos autores destacados achavam-se o português Baltasar Teles em “Summa Universae Philosophiae”; Arriaga, da Universidade de Praga, em seu escrito “Cursus Philosophicus” e, o padre Antônio Vieira, autor do trabalho “Curso de Filosofia”. Em termos genéricos um ou outro escritor europeu entrava na listagem dos livros filológicos que deviam ser foco de atenção dos alunos e professores. A confluência, portanto, sobretudo, de autores europeus e portugueses e, em menor quantia, de um jesuíta marcado pela cultura colonial, reunia o conjunto do que se constituía em matéria de estudo.⁷

Nem todos os alunos conseguiam se formar em Filosofia, por causa da seletividade também existente no decorrer do curso. Faço ideia de que os que se formavam em Filosofia encontravam-se marcados pelo seu histórico escolar enquanto medida para conseguir uma vaga nos dois últimos anos de Teologia, que era a Teologia Especulativa, porque Serafim Leite descreve que o aluno de rendimento médio não tinha a possibilidade de mudar de atitude e vir a ser exímio nesse Curso de Teologia, pois o seu desempenho no curso de Filosofia e nos dois primeiros anos da Teologia valia-lhe pontos contrários ou a favor para a permanência nos colégios jesu-

⁷ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 213-223

íticos. Assim, da mesma maneira que os alunos não eram barrados de início no curso de Filosofia, salvo para este curso os alunos de fora como pode-se ver, na Teologia os jesuítas faziam uso do mesmo procedimento, ou seja, aqueles que eram nomeados como regulares ou medianos no curso de Filosofia prosseguiram cursando a Teologia Moral e, se continuassem estudando como tal e não melhorassem, daí eram impedidos de realizar a complementação do curso de Teologia. Entendo que a seletividade educacional nesta etapa da escolaridade dos alunos era o marco divisório entre aqueles que possuíam um rendimento mediano e, os alunos considerados exemplares, chamados de “insignes” pelos padres jesuítas. Esta separação significava que tanto alunos internos como externos, com qualificativos menos plausíveis, estudavam uma Teologia prática que tratava de problemas cotidianos à luz de resoluções teológicas existentes no plano dos costumes morais próprios da economia colonial. Por isso, este curso de Teologia Moral denominava-se também de “Casos de Consciência” e correspondia à formação breve dos alunos em Teologia.⁸

Acrescento ainda que os alunos internos de rendimento mediano e que, por isso, não participavam das conversas teológicas que o curso de Teologia Dogmática suscitava, restava-lhes a nomeação para o cargo de coadjutor espiritual que era o mesmo que casuísta, professo, teólogo ou irmão. A eles competia o exercício de cuidados práticos da Ordem Jesuítica e de promover a correção de valores tidos como nocivos à cristianização dos colonos, índios e negros. Portanto, esses teólogos atuavam estritamente naquilo para o qual se formavam e, ainda, em casos difíceis, nem precisavam utilizar os seus próprios recursos, dada a sua formação incompleta, pois os padres das Universidades de Coimbra e Évora colocavam-se a par dos acontecimentos e, enviavam, prontamente, o modo de solucionar as questões. Vemos aí a interferência da inte-

⁸ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 175-180

lectualidade portuguesa num trato teórico das questões morais da Colônia. Por conta da praticidade deste tipo de Teologia, ela existia enquanto curso apenas nos colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco; digo que a forma popular da Teologia Moral estava na sua difusão em termos do atingimento da população local, vilas, casas e nos colégios, quer dizer, em qualquer instituição jesuítica educacional os “Casos de Consciência” eram marcantes sob a forma de palestras, tanto é que ocorriam semanalmente, e eram proferidas por um irmão especializado. A popularidade da Teologia Moral era tamanha que os religiosos de outras ordens tinham de receber noções dela no Colégio da Bahia, segundo ordens do arcebispo. Os colégios dispunham de material escrito por padres portugueses, europeus e da Colônia, onde se encontravam as diretrizes e, acima de tudo, casos de feliz resolução. Era uma espécie de guia prático de Teologia. Também, nas casas e nas aldeias os padres não deixavam faltar livros a respeito.⁹

Em função do caráter moralizador do curso de Casos de Consciência, os alunos externos tinham a oportunidade de se formar neste curso breve e prático de Teologia, que embora não lhes servisse diretamente porque não seriam teólogos de envergadura, exercia sobre eles a função social de estabelecer um rígido padrão de comportamento moral, veiculado quando ocupavam cargos no governo.¹⁰

Serafim Leite sugere que a Teologia Moral era levada a sério pela Companhia de Jesus, dada a importância que tinha, claramente percebida por ter se associado ao Direito Canônico. Este Direito era responsável pela elaboração das leis de regulação entre a igreja, o governo e a população. Na época, como não havia a desvinculação destas três instâncias, o que a Companhia de Jesus produzia vinha a efeito. O exemplo mais típico do que estou apresentando foi

⁹ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 175-187

¹⁰ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 175-180

a difícil situação em que se colocavam os índios, escravizados pelos colonos, e “defendidos” contra isso pelos teólogos e pela lei, feita exclusivamente pelos jesuítas, com a aprovação do rei de Portugal. Ainda um outro exemplo cabe colocar através do Direito Canônico que eram as constantes cobranças ilegais de impostos que chegavam aos portões das instituições jesuíticas e, eram bloqueadas pelos padres coadjutores espirituais, encarregados de provar a sua isenção.¹¹

A seletividade educacional, nas circunstâncias da época não era motivo de questionamentos no interior da Companhia de Jesus ou pela exposição de Serafim Leite a este respeito. Na Obra do autor ela é descrita como algo normal sobre a vida dos alunos, não tomando para si o ônus do pouco tempo de aprendizado da maioria que compunha os graus elementar, de Humanidades e de Teologia Moral, que era obstaculizada de se manter no curso de Teologia. Parece que se tinha a visão de ser a culpa só dos alunos por não terem se dedicado o quanto deveriam. Esta afirmação fica revestida de maior firmeza e gravidade ao se pensar que o sistema educacional jesuítico era seletivo para os próprios jesuítas, parecendo a olhos vistos um contra-senso.

Vejamos como se dava a seletividade para a frequência ao curso de Teologia Especulativa, tanto para os alunos internos, como para os externos:

Dos estudos internos da Companhia, a Teologia Especulativa ou Dogmática é o mais alto curso. Não eram admitidos a ele todos os estudantes. Havia uma como seleção natural ou eliminatória, a começar na lógica (Menor e Maior), expressa para o Brasil em Carta de “2 de Setembro de 1600, o P. Geral Aquaviva ao Provincial Pero Rodrigues: Teologia: Os medianos estudam-na só até ao 2º ano (Curso Breve); os de talento insigne, também o 3º. e 4ºº ano (Curso Longo)”.¹²

¹¹ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 183-184

¹² SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 175

A diferenciação na ocupação de cargos da Companhia de Jesus fazia valer a hierarquia dos graus de estudo para os componentes da Ordem, que se traduzia para uma igual hierarquia de funções porque nem todos os jesuítas podiam se realizar em altos cargos de comando, pois não havia número suficiente para o seu aproveitamento. Chego a esta conclusão ao observar na Obra de Serafim Leite que os cursantes da Teologia Dogmática representavam o grupo dos poucos que se aproximavam de documentos importantes da Companhia de Jesus, de seus dogmas e questões teológicas complexas. Ao contrário do estudo de problemáticas teológicas de peso no curso de Dogmas, tanto os alunos deste como os de Moral, enfim, todos os alunos de Teologia eram obrigados a receber aulas sobre a História da Igreja, traduzidas em assuntos como os concílios, vida de padres importantes, história sacra e profana; sermões de autoria do padre Vieira deviam ser estudados com muita atenção porque através deles os alunos tinham a interpretação considerada correta acerca do Antigo e Novo Testamentos. Deste autor também lia-se o “Tratado de Cristologia e de Ecclesia” em latim. Nesta parte do curso de Teologia é interessante mencionar que Serafim Leite faz referência de que este autor que vivia na Colônia era mais respeitado e, os seus escritos eram mais utilizados do que escritores como Bayardi, Bonucci, Estancel, Faletto e Inácio Rodrigues.¹³

O procedimento para a escolha dos candidatos valia para os alunos externos também, com a diferença de que eles cursavam o mais alto grau de ensino nos colégios da Companhia de Jesus, em separado. Este tipo de informação do padre historiador é constante em seu texto, quer dizer, ele sempre está preocupado em descrever a maneira pela qual o ensino era oferecido. A justificativa pensada pelo historiador para esta separação encontrava-se nos itens destinados a este aluno diversificado. Penso que até nisso os jesuítas eram reservados e exigentes, pois a divisão de classes entre inter-

¹³ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 169-189

nos e externos devia-se ao melhor preparo que os futuros jesuítas precisavam para o exercício do sacerdócio e da docência neste mesmo ensino superior, enquanto que, os alunos externos recebiam uma formação não tão acurada, em função de se tornarem depois governantes, mais preparados do que os alunos medianos; no entanto, estudavam Teologia para atuarem praticamente e, daí se explica a não preocupação excessiva com a formação dos externos. O tempo de formação em Teologia Dogmática era igual para ambos, ou seja, dois anos, só que para os alunos internos o curso era intensivo, com mais leituras e cobranças. Tudo porque esses alunos tinham de prestar um exame, encomendado diretamente para a ministração de aulas no ensino superior. É o que Serafim Leite chamou de exame “ad gradum”, que os alunos externos não prestavam, por não serem jesuítas e não poderem, portanto, ser professores jesuítas.¹⁴

O Curso de Teologia Especulativa ou Dogmática algum tempo foi duplo: um público para os estudantes de fora, outro particular para os estudantes de casa, quer para mais intensidade dos estudos, porque era a escola dos futuros mestres e a habilitação requerida para o exame final e mais alto grau da Companhia, que era o ad gradum.¹⁵

Ao fazer uma relação do conteúdo curricular, Serafim Leite expôs que o curso de Especulação estava planejado para seguir com leituras até o 4º ano, sobretudo, de São Tomás, seguidas de escritos de Francisco Suárez e Molina, como autores intencionalmente, e incluía-se o “Tratado de Teologia” do padre Antônio Vieira. Este material permanecia, em parte, nas prateleiras das bibliotecas dos colégios da Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro, locais que possuíam este curso, com a justificativa de que os exímios alunos não chegavam a fazer o 4º ano de Teologia por causa da premência de

¹⁴ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 175-176

¹⁵ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 176

atuarem na catequese junto aos índios, sem o que estes estariam entregues à própria sorte. Defendendo tal justificativa, de forma incompleta, Serafim Leite descreve que havia uma reação contrária do Padre Geral quanto à falta de pessoal formado, porque ele não a par das dificuldades enfrentadas pela Companhia de Jesus atuando em uma Colônia. Nesse sentido, percebi contradições: por um lado a Companhia de Jesus era desejosa de formar qualificadamente uns poucos jesuítas, por outro, este impulso não se dava por satisfeito. Os ideais jesuíticos tornavam-se incoerentes com a realidade escassa da catequese que precisava de catequizadores. O fato dos jesuítas viverem em um sistema econômico colonial, se encarregava de tornar o ensino seletivo e, ao se pensar que já havia uma seletividade interna nos colégios, conclui-se que os alunos que se formavam em Teologia eram pouquíssimos.¹⁶

Para os alunos internos esta política de formação precária, comparada à existente na Europa, parecia ser condizente com os propósitos que o rei de Portugal intentava implantar na Colônia, qual seja, o de não só dominar politicamente o Brasil, como também o de fazer o mesmo no interior das atividades educacionais e culturais, tendo por um de seus efeitos a não terminalidade dos alunos no mais alto curso da Companhia de Jesus. Esta não finalização, de certa forma, ocasionara, ainda que não verbalmente, uma discordância entre a realidade do Brasil ser Colônia e, daí haver uma exigência rápida de catequistas e, o padrão estabelecido pelos padres de Roma quanto à qualificação dos jesuítas para o ensino superior:

Pela penúria de Padres, deixava-se às vezes de fazer 4º ano de Teologia, mas as ordens de Roma são sempre apertadas e insistem em que o quadriênio de Teologia deve-se ter na íntegra, resolvendo-se a dificuldade, de qualquer maneira, menos à custa dos estudos.¹⁷

¹⁶ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 175-177

¹⁷ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 176

Assim sendo, a solução encontrada por Portugal para suprir a falta de padres não foi o investimento na formação em massa de padres com o curso completo de Teologia. Com um raciocínio colonizador e, por conseguinte, dominador, próprio de uma Metrópole em relação à Colônia, o jeito foi receber padres intelectualmente completos, tanto de Portugal, como de outros países afeitos ao pensamento dominante que, por sua vez, reproduzia-se, gerando uma seleção ainda mais crescente no ensino superior, ao seguir a lógica da extrema seletividade ao longo do processo educacional.¹⁸

Referências Bibliográficas

SERAFIM LEITE, S. I. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa & Rio de Janeiro: Livraria Portugália & Civilização Brasileira, tomos I-X, 1938-1949.

Referências Complementares

AB'SABER, Aziz N. Fundamentos geográficos da história brasileira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL, tomo I, 1985.

ALDEN, Dauril. Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil: notícia preliminar. In: KEITH, H. H. & EDWARDS, S. F. (orgs.). Conflito e continuidade na sociedade brasileira (ensaios). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BAËTA NEVES, Luís Felipe. O combate dos soldados de Cristo na Terra dos papagaios (colonialismo e repressão cultural). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

¹⁸ SERAFIM LEITE, 1938-1949, t. VII, p. 236-241

DEBESSE, Maurice. A Renascença. In: DEBESSE, Maurice & MIALARET, Gaston. Tratado das ciências pedagógicas. São Paulo: Companhia Editora Nacional & Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL, tomo I, 1985.

FERREIRA, Tito Lívio. História da educação lusobrasileira. São Paulo: Saraiva, 1966.

_____. A Ordem de Cristo e o Brasil. São Paulo: IBRASA, 1980.

FLEIUSS, Max. História administrativa do Brasil. São Paulo: Cayeiras, Rio de Janeiro & Recife: Companhia Melhoramentos, 1925.

LEONEL FRANCA, S. J. O método pedagógico dos jesuítas (o "Ratio Studiorum": introdução e tradução). Rio de Janeiro: Agir, 1952.

LINS, Ana Maria Moura. A burguesia sem disfarce: a defesa da ignorância versus as lições do capital. Campinas: UNICAMP, 1992.

MATTOS, Luiz Alves de. Primórdios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MESNARD, Pierre. A pedagogia dos jesuítas. In: CHÂTEAU, Jean (org.). Os grandes pedagogistas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SERAFIM LEITE, S. I. Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.